Apresentação: 05/05/2025 16:08:30.730 - CE CVO 2 CE => PL 2501/2024 CVO n. 2

CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.501, DE 2024.

Altera as Leis nº 11.326, de 24 de julho de 2006, nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e nº 14.628, de 20 de julho de 2023, para prever a inclusão do jovem rural entre os fornecedores de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Autor: Deputado Zé Silva. **Relator:** Deputado Ismael.

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

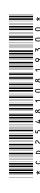
Após leitura e discussão da matéria na reunião deliberativa da Comissão de Educação, acatamos as sugestões de não imposição de percentual mínimo de 10% dos gêneros alimentícios do PNAE oriundos da agricultura familiar sejam de jovens rurais. Entendemos que tal medida pode dificultar a implementação da política e que a inclusão dos jovens rurais como público prioritário para fornecimento de alimentação no âmbito do PNAE já representa avanço importante.

Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.501, de 2024, e da emenda anexa.

Sala das Comissões, em de abril de 2025.

Deputado Ismael Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 2.501, DE 2024.

Altera as Leis nº 11.326, de 24 de julho de 2006, nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e nº 14.628, de 20 de julho de 2023, para prever a inclusão do jovem rural entre os fornecedores de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Autor: Deputado Zé Silva. **Relator:** Deputado Ismael.

EMENDA DO RELATOR

Dê-se ao art. 2° do PL 2501, de 2024, a seguinte redação:

Art. 2º O art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres e de jovens rurais."

" (NR)

Sala das Comissões, em

de maio de 2025.

Deputado Ismael Relator



